

“JOÃO PEDRO DIAS: UM PROTESTANTE EMPREENDEDOR DA ENERGIA E COMUNICAÇÃO EM CUIABÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX”

SÉRGIO RIBEIRO SANTOS

O autor é Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Coordenador dos Cursos de Licenciatura em História e Geografia (EaD) na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

RESUMO: O século XIX foi marcado de modo geral no mundo ocidental por profundas transformações econômicas, sociais, política e filosóficas. No Brasil, de modo particular, tivemos a Independência, dois reinados, a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Neste contexto, se estabelecia os fundamentos políticos e econômicos da nação. Entre as matrizes possíveis estava o ideário democrático e liberal. O presente *paper*, a partir de um estudo de caso, demonstra como estes valores também se identificavam com a inserção protestante no Brasil e seus desdobramentos, a partir da vinda da Família Real para o país. Foi tomado para a análise os empreendimentos particulares de João Dias, na cidade de Cuiabá, especificamente nos setores de comunicação e fornecimento de energia elétrica. Também será discutido o contexto político, social e econômico do período, procurando assim implicações para o estabelecimento de um ambiente presente propício à livre iniciativa e ao empreendedorismo.

Palavras Chaves: Protestantismo, modernização, livre-iniciativa e empreendedorismo

INTRODUÇÃO

Historicamente os países que mais rapidamente aderiram a um sistema político democrático representativo e economicamente mais liberal, foram também os mais receptivos ao protestantismo. O princípio da vocação, mordomia e responsabilidade individual contribuíram de modo determinante na formação de um *ethos* identificado na ética protestante. Diferentemente no Brasil, onde o episcopado romano, as oligarquias e a construção de um país em torno do Estado, contribuíram para a formação de um comportamento social dependente.

O estudo de caso a seguir apresenta um contexto, até certo ponto contraditório, em que, por um lado, temos as necessidades de uma população, no caso a cuiabana, e por outro, um conjunto de políticos e lideranças locais, que apesar do discurso de modernização, não são capazes de atender as demandas presentes. Neste ambiente, uma figura externa ao contexto, tanto por sua origem, quanto por sua formação, destoa por sua iniciativa e convicções religiosas. Trata-se de João Dias, um protestante emigrado do Ceará e que se tornou o pioneiro da comunicação e energia na capital matogrossense. Porém, como será apresentado a seguir, o empreendedorismo também carece de uma convergência de fatores, tais como político, econômico e em grande medida também de uma mentalidade específica.

Logo, o empreendedorismo e a livre iniciativa, trata-se de um projeto e política pública específicas, onde o ambiente propício a este comportamento e mentalidade precisa ser criado, incentivado e protegido.

1 O LIBERALISMO NO BRASIL: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Um fator que também contribuiu para a liberdade religiosa no Brasil e para a inserção do protestantismo situa-se no campo das ideias, a saber, o pensamento liberal. Ainda que o termo liberal cubra um amplo leque de significados, no presente estudo ele está muito mais vinculado à crença na liberdade individual como o melhor e mais rápido caminho para o progresso e também na obrigação do Estado em proteger a liberdade e os direitos individuais. Dedutivamente, esses preceitos implicam na liberdade de consciência, crença, pensamento, expressão e livre iniciativa econômica.

Segundo José Murilo de Carvalho, foi durante o Império que liberalismo foi implantado no Brasil em quase toda a sua extensão:

A Lei de terra de 1850 libera a propriedade rural na medida em que regulara seu registro e promoveu sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação de mão-de-obra. A Lei de Sociedades Anônimas de 1882 libera o capital, eliminando restrições à incorporação de empresas. A abolição da escravidão libera o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824. No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891 (2006, p. 43).

O liberalismo divulgado no Brasil também deve ser entendido como um conjunto de sistemas filosóficos que se adaptaram ao contexto nacional em seu respectivo período de manifestação. Essa corrente filosófica desenvolvida no Brasil teve suas raízes também no Iluminismo europeu que havia se estabelecido em Portugal, principalmente por meio das reformas pombalinas.

Como muitos dos filhos de famílias abastadas do Brasil estudavam na Universidade de Coimbra, tendo assim contato com ideias iluministas, conseqüentemente as mesmas foram trazidas ao Brasil. Inclusive, muitos dos próprios constituintes do Império estudaram na referida universidade recebendo assim uma influência iluminista e liberal, a qual se manifestava em suas perspectivas religiosas (COSTA, 2005, p. 22). Também se deve mencionar que a formação de boa parte do clero brasileiro nesse período esteve exposta às mesmas influências, bem como ao jansenismo e ao galicanismo. Ainda sobre o Iluminismo e sua influência na formação do pensamento liberal no Brasil, Costa observa que:

O Iluminismo é, de certo modo, um filho tardio do Humanismo renascentista. As concepções da Filosofia e da Ciência Moderna dentro de um processo de evolução intelectual contribuíram para que surgisse um novo espírito, caracterizado pela autonomia da razão em detrimento da tradição ou de qualquer outro padrão externo. A razão aqui pretendeu estender seus limites para todo o ramo do saber, negando-se a reconhecer limites fora de si mesma; desse modo, num gesto sem-cerimônia, ela invade os “domínios” da ética, da epistemologia, da política e da religião, tendo como elemento aferidor de toda a realidade a razão autônoma. Para isso, o Iluminismo rejeita qualquer “ajuda” do transcendente; deseja somente o que pode conseguir com sua razão, com os próprios esforços: seus recursos são suficientes para entender e explicar o mundo ou o que quer que seja que se lhe apresente como carente de explicação. [...] com sua ênfase na liberdade individual, não se coadunava com nenhum tipo de sanção; o homem é livre para pensar e agir conforme sua compreensão e consciência: o homem é um ser autônomo. [...]. Dessa forma, onde o Iluminismo tinha ascensão, o espírito de tolerância era um ingrediente natural e compulsório (2005, pp. 4-8).

Contudo, antes de se prosseguir, cabe salientar aqui, como observa Carvalho (2003, pp. 67-68), que o Iluminismo predominante no Brasil era o português, pois este não rompia com as tradições absolutistas. Aliás, em sua reforma, Pombal não quis “saber do Iluminismo francês, pois este continha elementos capazes de pôr em perigo a autoridade em geral e a real em particular” (CARVALHO, 2003, p. 67)¹. Foi, portanto, essa vertente de Iluminismo que se fez presente na Colônia em seu processo de Independência.

Posteriormente, ao lado dessa formação acadêmica também houve outros fatores de ordem econômica e tecnológica que contribuíram para a reformulação das ideias políticas e filosóficas no Brasil, especialmente nas elites urbanas. Conforme Santos (2006, p. 271), durante a segunda metade do século XIX, a “sociedade brasileira viveu um processo de inserção e de interação com o mundo capitalista e sua modernização tecnológica e avanços da produção industrial”. Nesse contexto, a “cultura amoldou-se a

¹ Sobre o Iluminismo português, veja-se COSTA, H. M. P. “A reforma pombalina”. In: **Raízes da teologia contemporânea**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, pp. 337-385.

esse processo compondo um conjunto complexo de expressões, no qual a religiosidade foi uma de suas faces”.

Logo, esse período que se segue até o final da Primeira República é marcado por profundas transformações econômicas, sociais, filosóficas e religiosas, o que conjuntamente contribuiu para a formação do que temos chamado de pensamento liberal, o qual por sua vez foi decisivo na formação de um Estado laico. Nesse espaço social, portanto, constituído principalmente de profissionais liberais e jornalistas, cuja emergência se deve ao desenvolvimento urbano e do ensino, é que foi formada a base social do republicanismo (SANTOS, 2006, p. 228). Nas palavras de Faoro:

[...] ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbadora sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso (2001, p. 567)

Portanto, nesse ambiente, o liberalismo, junto a outras correntes, como o positivismo e a maçonaria, concorreria para a elaboração de um imaginário que atingisse, segundo Carvalho (1990, p. 10), o “coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças” do povo. Por meio dessa construção seriam definidos identidades, objetivos e inimigos. Seria também organizado o passado, presente e futuro da sociedade brasileira. Nesse novo modo de pensar deveria haver a predominância do interesse individual e a busca da felicidade pessoal bem como a combinação do interesse público com o interesse privado (CARVALHO, 1990, pp. 18-19). Dentro dessa nova concepção política e filosófica, certamente a liberdade religiosa seria um dos elementos de discussão.

Esse pensamento liberal no país, que no final do século XVII deitava raízes no Iluminismo Português, passa agora a ser formatado pelas ideias francesas que chegavam ao Brasil por meio de jornais e revistas, ou por meio de brasileiros que estudavam na Europa. Contudo, esse ciclo, num segundo momento, após a predominância da influência intelectual francesa no início do século XIX, conforme João Cruz Costa (1976, p. 179), passa a seguir o padrão inglês, vindo estabelecer-se definitivamente em sua fase final, nos moldes americanos.

Antes da ascensão dos EUA sobre o Brasil, segundo Vieira (1980, p. 39), as “ideias liberais, as mercadorias inglesas, como o sistema inglês do bipartidarismo e o parlamentarismo foram todos importados para o Brasil e aceitos como a última criação da sabedoria humana”. Logo, devido a essa presença inglesa, que de certa forma imprimia um padrão cultural, o protestantismo também passou a ser caracterizado como uma religião superior, “asseada, metódica, intelectualizada e possivelmente ética”, o que demonstra que a aceitação do mesmo também tinha componentes culturais e não apenas religiosos (SANTOS, 2006, p.269).

No entanto, esse modelo inglês seria substituído pelo modelo americano, o que indubitavelmente se refletiria no modo político e filosófico de pensar e também no tipo de protestantismo que seria implantado no Brasil. Para se comprovar essa tese, basta-se olhar para o modelo de constituição adotada como padrão em 1891 e para a origem da maioria absoluta dos missionários protestantes presentes no país, a qual era norte-americana. Porém, deve-se também perguntar como se deu esse deslocamento de paradigma, uma vez que as relações entre Portugal e, conseqüentemente, Brasil e Inglaterra já vinham de longa data. Sem se deter nas minúcias desse tema, o que fugiria

ao propósito deste trabalho, pelo menos dois motivos devem ser considerados. O primeiro está no campo diplomático e o segundo no campo comercial.

A mudança do eixo diplomático de Londres para Washington é algo que tem as suas raízes no Segundo Reinado. Em 1876 o Imperador viaja aos EUA e - no entender de E. Bradford Burns (1990, p. 378) - há certo encantamento mútuo, onde cada país começa a tomar a consciência um do outro, aquele pelo gigante crescente da América do Norte, e este pelo filósofo dos trópicos. Essa reciprocidade inicial alcança seus contornos definitivos após a proclamação da República, pois os EUA foram a primeira grande potência a receber o Brasil “no seio da fraternidade republicana”, ainda mais por que a Constituição aqui promulgada tinha a Constituição Americana de 1787 como modelo (BURNS, 1990, pp. 378-379).

Por fim, já na República, a partir do trabalho do Barão do Rio Branco, consolidando esse relacionamento iniciado há décadas, são elevadas à condição de embaixadas as legações do Brasil e dos Estados Unidos: “a primeira embaixada dos Estados Unidos na América do Sul e a primeira embaixada do Brasil num país estrangeiro” (BURNS, 1990, p. 380), sendo Joaquim Nabuco o primeiro embaixador brasileiro nos EUA.

O segundo motivo para essa aproximação entre Brasil e EUA situa-se na área comercial. Evidentemente que a área diplomática reflete-se na área comercial e vice-versa. Porém, o que importa registrar é que a partir do final do século XIX “os norte-americanos surgiram como os melhores fregueses das três principais exportações brasileiras: café, borracha e cacau”, tanto que “do ponto de vista brasileiro, as relações comerciais com os Estados Unidos foram praticamente perfeitas durante quase toda a Primeira República”. Somente para exemplificar, segundo Burns (1990, pp 377-378), no início do século XX os EUA compravam mais de 50% do café brasileiro, quase 60% da borracha comercializada em Nova Iorque era brasileira e os norte-americanos eram os maiores consumidores de cacau do país. Resumindo, no início da República, os EUA compravam 36% das exportações brasileiras, ao passo que a Grã-Bretanha, o segundo mercado, importava 15%.

Fazendo uma avaliação das relações entre EUA e Brasil nesse período, Matos conclui que, a segunda metade do século XIX:

[...] foi a época em que a influência comercial e política norte-americana se tornou mais forte no Brasil, tomando impulso entre os liberais a ideia de que o país precisava de qualquer coisa que a nação mais próspera do Norte tivesse a oferecer, inclusive a sua religião (2008, p. 57).

Sendo assim, por volta da virada do século, a corrente que definiu a natureza do novo regime foi o liberalismo à americana (CARVALHO, 1990, p. 9). Isso acarretou as mais diversas consequências, inclusive de caráter religioso, o que em certa medida fez com que a aceitação ou rejeição do protestantismo fosse proporcional à visão de alguns sobre os Estados Unidos, seja como um país que proporcionasse desenvolvimento e modernidade ou como uma manifestação de imperialismo (SANTOS, 2006, pp. 158-159). No entanto, essa desconfiança - ainda de acordo com Santos (2006, p. 29) - era manifesta mais por parte das elites eclesiásticas e da ala política mais conservadora. Quanto às camadas mais baixas da sociedade, outros ingredientes foram bem mais decisivos para a aceitação ou rejeição do protestantismo do que o mero “casuismo oportunista das elites”.

Portanto, numa época em que se buscava a modernização do país, a fé reformada era inserida dentro de um discurso pelos defensores e propagadores do mesmo - em oposição ao catolicismo - como uma religião irradiadora de luz responsável pela transformação social nos principais países capitalistas desde o século XVIII. Rubem Alves, ao estudar essa imagem criada em torno do protestantismo, sintetiza dizendo que o mesmo:

[...] se entende como o espírito da liberdade, da democracia, da modernidade e do progresso. O Catolicismo, por oposição, é o espírito que teme a liberdade e que, como consequência, se inclina sempre para soluções totalitárias e se opõe à modernidade (1982, p. 38).

Logo, essa nova religião também seria responsável pela transformação social de que tanto o país necessitava, pondo assim um fim aos séculos de obscurantismo a que o catolicismo havia imergido a sociedade brasileira. Essa, inclusive, era a prédica dos missionários, associada à crença de que o protestantismo aliado aos ideais democráticos de liberdade pessoal e tolerância, traria ao Brasil aquilo que ele desesperadamente necessitava (MATOS, 2008, p. 55). Resumindo: “a configuração dos modos de ser evangélico na sociedade brasileira estava em consonância com o imperativo do período relativo à modernização, à modernidade e ao moderno. Enfim, afeita à civilidade” (SANTOS, 2006, p.153)².

2 CUIABÁ: UMA CIDADE ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL

Mato Grosso, cujo nome ouvido à distância, causa estranheza, é muito mais avançado a muitos respeito, do que eu poderia imaginar. Liberdade de culto é lei reconhecida e obedecida. Não tem havido perseguição. Muitos dos habitantes têm se mostrado enérgicos, mais do que os dos Estados do Leste; estes têm vindo aqui com ideias e propósitos de vencer. Por muitas léguas em torno da capital é tudo cultivado. A Bíblia é bem distribuída na região, a porcentagem dos que sabem ler e escrever é muito maior do que em Goiás e no “sertão” da Bahia. O interesse que demonstram por educação é maior. Tais circunstâncias levam-me à firme convicção de que Mato Grosso deveria ser ocupado primeiramente por nossa Missão (CABRAL, 2000, p. 3).³

² Um exemplo marcante da associação do protestantismo ao progresso pode ser percebido por meio da militância do deputado alagoano Tavares Bastos (1839-1875), que defendia a imigração anglo-saxônica, a abertura do Amazonas à navegação internacional, o casamento civil, a liberdade de culto, entre outros. Por seus posicionamentos, foi um dos maiores defensores dos missionários protestantes no país e amigo pessoal do Rev. James Cooley Fletcher (VIEIRA, 1981).

³ As informações foram extraídas de um artigo intitulado **Bandeirantes da Fé em Mato Grosso**, o que parece ser um esboço de um capítulo para uma futura publicação preparada por José de Brito Cabral, pastor da Igreja Presbiteriana de Cuiabá na década de 1990 e falecido em fevereiro de 2000. Nesse texto há citações que o autor afirma serem trechos dos diários, ainda não localizados, de Franklin Graham e de Philippe Landes, missionários presbiterianos. Devido ao trabalho de Cabral estar incompleto, ele será citado com a data do falecimento do referido pastor, 2000.

Essas foram as primeiras impressões sobre Cuiabá e Mato Grosso registradas pelo missionário presbiteriano, Franklin Graham, ao chegar à capital em 14 de outubro de 1913. A julgar pelo tom eufórico dessas declarações e pela firme convicção de Graham, que Mato Grosso era o local apropriado a ser ocupado pela Agência Missionária que o enviaria, deduz-se que na região havia um ambiente propício ao protestantismo.

2.1 ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

A primeira característica a ser observada na análise do contexto cuiabano em seus aspectos relevantes para a inserção do protestantismo é a sua formação social. Até então, a fé reformada havia se instalado em cidades com características distintas de Cuiabá em sua forma de povoamento. Tal é o caso das cidades litorâneas, como Rio de Janeiro, Recife, Salvador e outras do Nordeste; das colônias de imigrantes europeus, no Sul do País; ou das regiões agrícolas, como o interior de São Paulo, onde a fé evangélica seguiu praticamente a rota do café. A partir desses centros, constituídos em torno do comércio, da administração política, da produção agrícola, da colonização imigrante ou da agropecuária, é que o protestantismo irradiou-se para outras áreas do país, até chegar às regiões mineradoras, como Goiás e Mato Grosso. Já em Cuiabá, os missionários protestantes iriam encontrar uma sociedade que havia sido formada a partir do surto minerador do início do século XVIII e das expedições bandeirantes e monçoeiras paulistas.

Porém, o primeiro ponto que se deve levar em consideração para a compreensão do contexto social, político e econômico da região, é que os discursos a respeito de Cuiabá e Mato Grosso são múltiplos e em alguns aspectos contraditórios, pois eles variarão conforme o lugar de onde são enunciados e por quem são proferidos. Alguns trabalhos que apontam para a existência dessa multiplicidade de discursos a respeito de Cuiabá são: *A capital de Mato Grosso*, de Laura Antunes Maciel (1992); *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)*, de Luiza Rios Ricci Volpato (1993); *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*, de Elizabeth Madureira Siqueira (2000); *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, de Lylia da Silva Guedes Galetti (2000). Em todas essas pesquisas há pelo menos um ponto em comum: a partir do final do século XIX começou a existir por parte da elite matogrossense uma preocupação com a modernização da cidade, ou pelo menos um discurso a respeito dessa modernização, onde se buscava reverter a imagem depreciativa sobre Cuiabá e Mato Grosso construída ao longo das décadas.

A primeira imagem da região foi representada de modo negativo por viajantes e aventureiros no percurso do século XIX, fossem eles estrangeiros ou brasileiros. Segundo Maciel, Cuiabá era vista como um ponto perdido:

[...] no imenso espaço vazio, desconhecido e impenetrável. [...] Mato Grosso formava, juntamente com o Amazonas e o Pará, uma região isolada, de difícil acesso e que talvez por isso mesmo tenha permitido construir, na imaginação dos que para lá rumaram, o mito de uma região lendária e misteriosa, sinônimo do próprio Eldorado [...] O que permaneceu foi o registro da distância, do isolamento e do atraso [...]. Lugar de degredo e exílio para civis e militares sediciosos [...]. Uma cidade esquecida, imóvel no tempo e no espaço. [...] A Cuiabá

apresentada por esses registros é uma cidade cercada, fechada, seja por encontrar-se distante e isolada do resto do país, seja por situar-se na fronteira da civilização, no limite mesmo da nacionalidade (1992, pp. 18-20).

Certamente essa é uma visão que tinha como referência as cidades européias ou o Rio de Janeiro, e que, ainda segundo Maciel, “colou na cidade” (1992, p. 49), o que colaborou para a criação de uma imagem que “causava estranheza” ao se falar de Mato Grosso, nas palavras do próprio Graham. Porém, além do isolamento e da monotonia, segundo a visão dos visitantes, Cuiabá também guardava outras características. Maciel (1992, p. 28) refere-se ao comportamento das mulheres que, “independentemente de sua classe social eram muito livres em seus modos”. Ou seja, o recato e o pudor não era o que mais preocupava as mulheres cuiabanas. Tanto que, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863, temos a seguinte descrição sobre o uso da Roda dos Expostos, que tinha por objetivo recolher crianças que fossem filhas de mães solteiras:

[...] esta humanitária instituição adaptada a todos os Hospitais de Caridade, não é aqui conhecida, há muito tempo, senão pelo seu título. A administração pretende empregar todos os esforços não só para combater e remover as causas desse descrédito, como para desvanecer qualquer preconceito, que haja contra a mesma instituição. Presentemente não existe um só exposto a cargo da Santa Casa, visto que não se podem considerar como taes dous órfãos, nascidos de morpheticas do Hospital, que tendo sido retirados de suas mãis desde que nascerão, e entregues aos cuidados da família do respectivo Almoxarife, assim tem continuado a estar, mediante uma retribuição, sustento e vestuário, fornecidos pela Santa Casa (pp. 73-74).

De acordo com Volpato (1993, p. 52), a Roda dos Expostos, que ficava no muro do Hospital da Misericórdia, era um cilindro, que por meio de um eixo permitia a sua rotação. Sendo o cilindro aberto em um dos lados, a criança era colocada dentro deste e recolhida pela instituição, sem que se soubesse a identidade da mãe. Porém, ainda segundo a mesma autora, a Roda dos Expostos caiu totalmente em desuso, conforme se queixa o Conselheiro Herculano, “porque as mães solteiras de Cuiabá não tinham vergonha de criar seus filhos” (VOLPATO, 1993, p. 52). Peraro (2001, p. 122-123), ao analisar esse comportamento das mulheres cuiabanas, entende que as condições de fronteira e o recrutamento militar forçado dos homens, fez com que muitas mulheres assumissem uma postura de independência, tanto na condução de suas casas como de suas próprias vidas.

Outro exemplo de costumes mais liberais por parte dos cuiabanos é retirado por Maciel (1992, p. 74) de um jornal da cidade, o qual abertamente criticava algumas práticas com o objetivo de “reformá-las”. Diz o artigo, que traz o sugestivo título de “*Reparos*”, num tom jocoso:

[...] o que significa esse espetáculo diário, agravado notavelmente aos domingos, de se exibirem uma multidão de homens (e alguns até de elite) vestidos como Adão antes do pecado, estirados nus pela praia, como se foram jacarés, em macabros exercícios natatórios, ao tempo que em cima, sobre a ponte, transitam famílias, senhoritas, cavalheiros

de respeitabilidade, sacerdotes, irmãs de caridade? Forçoso é reconhecer e confessar que um tal espetáculo é pura e simplesmente deprimente (O DEBATE, 07/11/1913, nº 627 apud MACIEL, 1992, p. 74).

Exemplos como esses são suficientes para mostrar que o ambiente em Cuiabá, no que se refere aos costumes, era bem mais permissivo do que em algumas províncias. Isso também aponta para o fato de que o conservadorismo da Igreja Católica, relacionado à moral e aos hábitos, não era seguido por boa parte da população. Aliás, diversas outras práticas condenadas pela liderança católica mais conservadora eram corriqueiras em Cuiabá, tais como touradas, salões de danças, jogos de azar e diversas festas regadas a bebidas alcoólicas, o que geralmente redundava em confusão e violência.

Antes de prosseguir é importante registrar que o objetivo ao se enfatizar esse modo mais liberal de ser de boa parcela da sociedade cuiabana é duplo: primeiro é explicitar que esta não se sentia obrigada ou mesmo moldada pelo rigor moral do catolicismo. Ora, uma vez que a Igreja Católica não exercia assim o domínio social sobre boa parte da população de Cuiabá, a semelhança do que ocorria em outras regiões do país, ficava por sua vez praticamente descartada a possibilidade da manipulação popular, por parte do clero, a algum tipo de hostilidade aos que professavam a nova fé. O segundo objetivo é verificar que, com se fará mais a frente, no momento em que se começou a elaborar um discurso sobre práticas civilizatórias e modernizantes para a região, buscando-se assim mudar o discurso depreciativo sobre o Estado, criou-se um ambiente em que o protestantismo pode se inserir com mais facilidade.

Voltando ao tema, Maciel (1992, p. 28) registra que as explicações para o comportamento do cuiabano, fora dos “padrões desejados”, era visto por alguns em termos de origem e composição da população, sendo que a mesma mantinha um “acentuado predomínio de mestiços, descendentes de negros e índios, se comparados ao número dos homens brancos”, além da intensa imigração paraguaia, ocorrida principalmente após a Guerra do Paraguai.

Deve ser observado também que Cuiabá, como capital de um Estado com a maior fronteira terrestre do país, recebia constantemente diversos contingentes militares. Entre estes havia oficiais com patentes mais elevadas, mas a grande parte era de soldados, muitos recrutados de forma compulsória. Essa presença militar exerceria uma influência constante tanto no campo do social como no das ideias.

Também fazia parte do discurso sobre os cuiabanos a afirmação de que estes não seriam dados ao trabalho. As razões para essa “aversão” ao labor sistemático encontravam-se nas facilidades naturais de subsistências, na quantidade de terras férteis disponíveis ao longo do rio e na abundância de peixes (MACIEL, 1992, p. 29). Além da repulsa pelo trabalho disciplinado e organizado, são feitas referências também à ociosidade, violência e prostituição em Cuiabá (MACIEL, 1992, p. 32 e 35), porém sempre ligadas às classes mais pobres.

Contudo, apesar de existir uma elite e uma classe pobre em Cuiabá, Siqueira (2000, p. 86) chama a atenção para o fato de que as diversas transgressões, objeto de críticas, “não se circunscreviam ao universo dos homens livres pobres, mas era uma prática presente também no universo das elites mato-grossenses”. O que certamente mudava era a visão de mundo e as justificativas que cada uma das classes tinha, devido em boa parte do estilo de vida que levava, pois:

[...] a população pobre da capital mato-grossense não frequentava os bailes em Palácio, tampouco festas promovidas pelas elites, onde os pianos, violinos e orquestras abrilhantavam os saraus lítero-musicais. O palco do seu divertimento eram os quintais dos bairros pobres e seus instrumentos musicais não vinham da Corte ou da Europa, sendo confeccionados pela própria comunidade, artesanalmente. A bebida não era o vinho ou a cerveja, mas a cachaça, e a diversão, segundo conceito formulado no século passado, era chamado “função” (SIQUEIRA, 2000, p. 78).

Isso significa que a falta de civilização condenada, na verdade era o distanciamento de um conjunto de costumes estranhos e alheios à maioria da população. Somado a esse contexto, havia ainda as críticas quanto à falta de urbanização, o que significava a ausência de calçamento nas ruas e o desuso de determinadas práticas higiênicas por parte dos moradores. Também se tornaram queixas corriqueiras as dificuldades quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios e a ameaça constante de epidemias.

Além desse contexto local, duas outras situações contribuíram, e muito, para acentuar a imagem de atraso construída que pesava sobre a cidade. São as consequências da Guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai (1864-1870), e da epidemia de varíola (1867). Tal foi o impacto destes eventos sobre a cidade de Cuiabá, que eles foram descritos por Volpato (1993, p. 56) sob o título de *O Apocalipse cuiabano*. De um lado, o clima de medo gerado pela guerra com as invasões paraguaias, o isolamento econômico devido ao bloqueio da navegação na Bacia do Prata gerando a falta de abastecimento e a conseqüente elevação do preço dos gêneros alimentícios, e de outro, as milhares de mortes provocadas pela varíola⁴, criaram um ambiente desolador na cidade, o que certamente repercutiu em outras províncias.

Vindo compor esse quadro, devem-se acrescentar também os turbulentos acontecimentos políticos no Estado após a Proclamação da República, chamados de “revoluções”, que foram sangrentos conflitos decorrentes da disputa pelo poder entre as oligarquias do sul e do norte do Estado.

Houve a “revolução” de 1892, comandada por Generoso Ponce, a de 1899, comandada por Totó Paes de Barros, e a de 1906, novamente comandada por Ponce, em que foi assassinado o então Presidente de Estado, Totó Paes. Também houve o episódio político em 1916, conhecido como Caetanada, em que o General Caetano Albuquerque deixa o governo. Toda essa instabilidade política na região conduziu a intervenção federal no Estado em 10 de janeiro de 1917. A essa altura, Mato Grosso já era visto como uma terra de desmandos e sem lei.

Enfim, ao se somar todos esses fatores, sejam eles de ordem econômica, política ou mesmo comportamental, o que existiu na transição do século XIX para o XX é um discurso que pouco favorecera ao Estado no que se refere à atração de investimentos externos e inserção na conjuntura nacional de desenvolvimento econômico. Conscientes dessa situação, passa então a haver um movimento por parte da elite matogrossense em se mudar a imagem do Estado perante o restante do país. Inicia-se assim, a criação de outro discurso, o da modernidade ou da modernização de Mato Grosso. “Esse outro discurso, porta-voz do progresso e da mudança, toma corpo em Cuiabá. Essa nova imagem procurará mostrar que o tempo do futuro havia chegado, enfim, para a capital

⁴ Sobre o surto epidêmico da varíola em Mato Grosso, veja-se CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; **Imagens de uma Epidemia: saber médico, urbanização e varíola na província de Mato Grosso**. Cuiabá: Else D. C. Araújo, 2002.

matogrossense” (MACIEL, 1992, p. 49). Será, portanto, nesse ambiente aberto ao novo, que o protestantismo encontrará uma de suas grandes oportunidades, pois se apresentará ele como a religião dos países mais prósperos e avançados do mundo.

2.2 O DISCURSO DA MODERNIDADE

Em termos de definição, modernidade aplicada ao contexto cuiabano, segundo Siqueira (2000, p. 11), não deve ser entendida em seu aspecto cronológico, mas sim como uma determinada concepção de mundo, em que a racionalidade e o pensamento evolutivo e científico, tornaram-se parâmetros a serem seguidos pelas sociedades que almejavam a civilidade e o progresso. O modelo de nação civilizada a ser imitada e desejada por seguimentos da classe dominante era a Europeia (VOLPATO, 1993, p. 88). Essa busca pela modernidade foi:

[...] conduzido pela elite culta da cidade [...] e se traduziu pelo fascínio ante a visão de artefatos, como o telégrafo, o automóvel e o trem, pela busca de um ‘saneamento’ moral e higiênico da população e, ainda, pela ênfase nas transformações e remodelações no espaço da cidade (MACIEL, 1992, p. 12).

A importância em se compreender esse discurso, como e porque o mesmo surgiu, se deve ao fato de que será exatamente esse o ambiente encontrado pelos primeiros missionários protestantes em Cuiabá, o que promoverá uma rápida identificação destes com a cidade, uma vez que eles traziam no bojo de sua prédica, além da pregação evangélica nos moldes reformados, o discurso do novo e do moderno.

Porém, essa busca pelo “moderno e civilizado” desse ser visto também como um processo que foi construído ao longo dos anos. Sem fazer da economia a única ou a principal chave hermenêutica para a compreensão do processo histórico, algumas consequências do fim da Guerra da Tríplice Aliança tiveram papel relevante nesse sentido.

Segundo Volpato (1993, pp. 84-85), a abertura da navegação na Bacia Platina pós-guerra possibilitou uma dinamização nas transações comerciais e o aprofundamento das relações capitalistas. Esse novo contexto econômico regional provocou a discussão de alguns temas interrompidos pela guerra, como a escravidão, e suscitou novos debates em termos políticos, sociais ou filosóficos.

A partir de então, segundo Borges (2001, p. 31), “o fim da Guerra do Paraguai em 1870, marcou o início de uma fase de ampla abertura da economia de Mato Grosso ao exterior via comércio e navegação pelo rio Paraguai”. Segue a partir de então um ciclo comercial em que se iniciou o processo de exportação, primeiramente de produtos extrativos, como erva-mate e borracha, sendo posteriormente substituído pelos produtos originários da pecuária (BORGES, 2001, p. 49).

Enquanto isso, se estabeleciam em Cuiabá e Corumbá diversas casas comerciais, as quais monopolizavam as relações comerciais em termos de importação e exportação, bem como “na representação dos mais variados interesses econômicos que iam do controle da produção e do transporte ao papel de agências bancárias” (BORGES, 2001, p. 119), estabelecendo assim um intenso e contínuo intercâmbio entre os comerciantes matogrossenses com outros países e regiões do Brasil. Segundo Volpato:

[...] para Cuiabá foi de fundamental importância nesse processo a garantia da livre navegação da Bacia do Prata: ligada ao comércio

internacional através de um fluxo regular que a liberação da navegação lhe permitiu estabelecer, recebendo, mesmo que de forma defasada, notícias dos acontecimentos tanto da Corte, de outras regiões do país, como da Europa, Mato Grosso sonhava colocar-se em pé de igualdade com o progresso e a civilização do litoral. [...] A penetração dessas ideias tornava a elite mais sensível às críticas e propostas dos presidentes de província [...] (1993, p. 10).

Essas propostas de presidentes da Província tinham por objetivo a racionalização do Estado e o progresso da região. Pouco tempo após a mudança de regime e da primeira “revolução” de 1892, em sua mensagem à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1893, dizia o Presidente de Estado, Manoel Murtinho que:

[...] “Matto-Grosso muito espera de seus representantes na sessão que hoje se inicia, certo de que n’ella serão decretadas medidas legislativas que completem sua organização administrativa, e lhe *facilitem a marcha na estrada do progresso*” (p. 22, grifo meu).

No entanto, essa “marcha para o progresso”, tinha uma agenda a ser cumprida. A sua realização passava pela busca de investimentos externos e a obtenção de mão-de-obra qualificada. Porém, não sendo possível de início a atração de imigrantes europeus, como ocorrera em outros locais do país, em boa parte por questões climáticas e geográficas, o projeto direcionou-se para a “civilização” dos índios.

Ainda como Presidente de Estado, Manoel Murtinho, dirigindo-se novamente à Assembleia Legislativa, só que agora em 13 de maio de 1894, explica o auxílio financeiro aos padres salesianos com parte da verba federal destinada à colonização do Estado, pois o objetivo final era conseguir mão-de-obra mais qualificada. Expõe o Presidente de Estado:

[..] na medida dos recursos financeiros ao meu alcance, tenho ministrado ao digno bispo diocesano auxílios pecuniários para as despesas de transportes e primeiro estabelecimentos d’aquelles religiosos, e espero contribuir para a manutenção das missões que se estabeleceram, socorrendo-me á verba destinada no orçamento federal para a colonização nacional n’este Estado, persuadido, como estou, de que não conseguiremos de prompto melhores colonos do que os aborígenes educados no regimen do trabalho (p. 12).

É interessante também observar a preocupação de Murtinho com a reconstrução do teatro de Cuiabá, desabado por ocasião da estação chuvosa. Justifica o Presidente do Estado os investimentos públicos numa propriedade privada, afirmando que:

[...] é escusado encarecer a influencia benéfica da arte dramática sobre uma sociedade que pretende os *fóros de civilizada*, e consequentemente demonstrar a indeclinável necessidade de um theatro pelo menos n’esta capital (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1895, p. 18. Itálicos meus).

O discurso de modernização passava também pela organização do espaço público e do remodelamento das práticas higiênicas dos cuiabanos. Essa é outra

preocupação demonstrada por mais um Presidente de Estado, na ocasião, Antônio Corrêa da Costa:

[...] apesar da quasi completa inobservância dos preceitos hygienicos por parte de nossa população urbana, e das péssimas condições de arruamento d'esta capital, que não possui ainda systema de exgottos, a saúde publica não tem soffrido [...] Parece-me que d'entre todas a mais urgente é cuidar-se dos exgottos; fazendo-se a drenagem das águas servidas em galerias cobertas, e canalizando se o corrego da Prainha para dar-lhes escoamento (MENSAGEM APRESENTADA Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1896, p. 22).

Outra ênfase nas mensagens de presidentes às assembleias legislativas é a boa vontade, tanto em atrair, como em receber imigrantes. Antônio Paes de Barros informa à referida Assembleia que:

[...] muitos foram os nacionaes e estrangeiros, procedentes, sobretudo, dos Estados do Rio Grande do Sul, Paranà e Minas Geraes, que entraram e fixaram-se neste Estado. Segundo a informação prestada pela Directoria de Terras, pode ser calculado o número em cerca de 5.000. A alguns retirantes cearences que chegaram a esta Capital, no fim do anno passado, mandei distribuir lotes de terras, junto á Villa do Melgaço, ferramentas e sementes, afim de trabalharem por conta propria, conforme o desejo que manifestaram (MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO, 1905, p. 13).

Esses pronunciamentos e medidas indicam em que direção apontavam os esforços daqueles que eram responsáveis pelas políticas públicas. Preocupações quanto ao fornecimento de água, luz elétrica e educação também faziam parte desse discurso. Siqueira sintetiza bem todo esse esforço ao afirmar que:

[...] o molde de projeto moderno nacional, nessa medida, foi retirado do contexto europeu, fruto da forte influência colonial herdada. A nova sociedade brasileira deveria ser regida por um Estado de compromisso, regulamentada por extenso corpo legal escrito. Deveria se constituir espacialmente em cidades modernas, urbanizadas, com serviços de encanamento de água, melhoramentos na iluminação, transporte, devidamente abastecidas com gêneros alimentícios higienicamente oferecidas ao público. Sobretudo, ser compostas por uma população disciplinada, ordeira, trabalhadora, respeitadora e cumpridora das leis, portadora de hábitos e costumes saudáveis e, para viabilização desse projeto, ser, necessariamente, alfabetizada (2000, p. 12).

Escrevendo sobre esse processo, Galetti (2000, p. 216) se refere a outras ações que assumiam o caráter modernizador e civilizatório, tais como as construções das linhas telegráficas, conduzidas pelo matogrossense Marechal Rondon.

A autora também relaciona diversas tentativas dos governos matogrossenses em divulgar o potencial econômico da região em exposições internacionais, como em 1904 e 1912, realizadas em Saint Louis e Nova York, respectivamente, ou propagandas publicitárias, sendo a principal delas o Álbum Gráfico de Matto-Grosso, o qual buscava vender uma imagem idealizada do Estado. Nesta publicação era demonstrada a

exuberância da natureza centro-oeste do país, mas ao mesmo tempo o domínio que homem exercia sobre essa natureza, racionalizando o seu uso, mostrando assim, como no interior do país havia uma região que possuía todos os ingredientes necessários para o desenvolvimento (GALETTI, 2000, pp. 261-262).

Por fim, já durante o governo de D. Aquino (1918-1922), com a ocasião das comemorações do bicentenário de Cuiabá, duas importantes instituições acadêmicas foram criadas: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e o Centro Matogrossense de Letras (1921), ambos com o objetivo de produzirem uma “versão oficial” da história e memórias regionais por meio de suas produções literárias.

É nesse ambiente que se propalava o discurso da modernidade e da civilização que chegam os primeiros protestantes. Portadores de uma imagem de representantes de um país civilizado, no caso os EUA, encontram eles uma ótima ocasião para a afirmação de suas identidades. Uma região com um discurso que demonstrava uma abertura ao novo, civilizado e moderno.

Nesse contexto, a pregação de um dos pioneiros do protestantismo em Cuiabá, Philippe Landes começa com uma interessante comparação. Ele chama a atenção para o fato de que “a Grande República Norte Americana, que rapidamente conquista a hegemonia entre as nações civilizadas, é um país protestante”. Segue também o pastor citando protestantes ilustres, tais como o presidente norte-americano Woodrow Wilson, além de Franklin Roosevelt, William Bryan, Sir Issac Newton, Sir Humphrey Davey e o estadista Gladstone. Prossegue Landes:

[...] as nações mais civilizadas do mundo são aquellas que aceitaram a reforma evangélica, os mais atrasados e retrógrados, onde reinam o analphabetismo, a superstição, a ignorância e a immoralidade são aquellas que permaneceram no romanismo. Nos Estados Unidos o governo é altruístico e patriota, o systema de ensino é o mais aperfeiçoado do mundo e as suas industrias tem se desenvolvido espantosamente. Os paizes dominados pelo romanismo, pelo contrario, se vem obrigados a importar dos paizes protestantes as suas machinas agrícolas, seus motores, telephones, machinas de costura, machinas para estradas de ferro e inúmeras outras invenções modernas, ao passo que, os produtos do romanismo são o analphabetismo, a superstição e a illegitimidade (O MATO-GROSSO, 05/12/1915, N° 1320).

Segundo essa lógica, aceitar a modernidade, também significa romper com o romanismo e abraçar o protestantismo. Enfim, deixar-se guiar pelo exemplo dos Estados Unidos. Não se pode dizer qual tenha sido a ressonância ou impacto dessas palavras, mas, dificilmente se encontraria ocasião mais oportuna em Cuiabá.

A forma de governo eclesiástico também é outra característica do protestantismo - mais especificamente em sua versão presbiteriana - que dava à nova religião ares de mais moderna e adaptada aos novos tempos, tornando-a mais afeita ao momento vivido na região. Constituída a partir de um sistema parlamentar, a liderança das igrejas presbiterianas são eleitas pelos seus próprios membros, não trazendo assim, em seu formato, os traços do clericalismo romano, sendo, portanto, uma comunidade laica. O contraste decorre do fato de que no meio reformado a liderança é composta de baixo para cima, enquanto que na tradição católica, essa é designada e imposta de cima para baixo. Comparativamente, este modelo se assemelhava muito mais ao recém destituído

regime monárquico, enquanto que aquele guardava muito mais simetria com o novo sistema republicano de governo.

Também faz parte dos valores presbiterianos, como herdeiros da reforma protestante, a Bíblia Sagrada como autoridade máxima na vida do cristão e o livre exame da mesma, bem como a liberdade de consciência. Esse posicionamento certamente encontraria defensores num ambiente em que se valorizava a liberdade individual e a não submissão de consciências a estruturas, pessoas ou tradições.

Sendo esse o mesmo modelo doutrinário que chega às igrejas protestantes norte-americanas por meio dos imigrantes puritanos, segue que a nova doutrina que chegava a Cuiabá levava implícita uma identificação muito grande com a Europa anglo-saxônica e os Estados Unidos. Tal formatação, muito provavelmente, seria atraente a alguns dos pregadores da modernidade e civilização.

2.3 JOÃO DIAS: UM PROTESTANTE COM ESPÍRITO EMPREENDEDOR

A inserção econômica dos protestantes em Cuiabá no início do século XX está totalmente identificada com a trajetória empresarial de João Pedro Dias. Primeiro, porque sendo esse grupo pequeno, e parte dele constituído de missionários, não restavam mesmo muitos nomes; também pelo fato de que a outra figura representativa da nova igreja, José Nonato de Faria, que era comerciante e jornalista, se envolveu muito mais com a imprensa local. Segue ainda que o percentual de parentes de João Dias na incipiente comunidade religiosa era significativo, têm-se, portanto, que esses acabavam por estar ligados diretamente às atividades empresariais do patriarca. Por fim, foi este o primeiro empreendedor a criar uma empresa de telefonia e energia elétrica na capital.

Por sua vez, a figura desse empresário está tão ligada ao estabelecimento do protestantismo em Cuiabá que chega a existir, entre seus descendentes e no seio da própria comunidade presbiteriana da cidade, a criação de um personagem responsável pela chegada da nova fé à região, associando inclusive, metaforicamente, que o imigrante cearense trouxe tanto a luz elétrica quanto a luz do evangelho. Entende-se, pois, que essa identificação do protestantismo à pessoa de um empreendedor bem sucedido, foi e é útil para um considerável aumento na autoestima e afirmação social, tanto dos protestantes da época como das gerações subsequentes. Levando-se em conta que os evangélicos no Brasil sempre foram minoria em comparação com a grande massa católica, ícones como esses, são importantes para uma reafirmação e valorização da identidade.

No entanto, deve-se estar atento para se distinguir as evidências históricas de uma construção mítica, porque em tais casos, tende-se a supervalorizar as realizações pessoais e a creditar a terceiros eventuais percalços, criando-se inclusive, a figura do mártir. Tais considerações são necessárias, não para desmerecer o espírito empreendedor e as conquistas pessoais de João Dias, e sim para que se tenha o devido cuidado em separar a própria pessoa e suas realizações da imagem que outros venham a projetar sobre ela.

Quanto a sua trajetória pessoal, João Pedro Dias nasceu em 15 de junho de 1867 na cidade de Aracati, no Ceará e faleceu em 04 de janeiro de 1930, em Cuiabá, aos 62 anos de idade. Adquiriu experiência no ramo elétrico ao trabalhar na empresa de luz e

força daquele estado nordestino, posteriormente mudando-se para Olinda em Recife, onde veio a se casar com Maria de Melo, filha de um navegante português, em 1887, aos 20 anos de idade.

No dizer de seus descendentes e mais especificamente no relato de seu filho J. A. Dias (1958), a mudança do patriarca para Cuiabá em fevereiro de 1899, na época com 32 anos, se deve a um sonho que este tivera quando morava em Recife⁵. João Dias teria associado o seu sonho a que teve o apóstolo Paulo quando estava em Trôade, no qual lhe aparece um macedônio dizendo: “passa a Macedônia e ajuda-nos” (Livro dos Atos dos Apóstolos, capítulo 16, versículo 9). Após essa experiência, vendeu seus bens e partiu com sua família rumo a Cuiabá. Vale registrar que em Recife, Dias era membro da Igreja Congregacional.

Ao chegar à capital matogrossense, morou com sua família tanto na região do São Gonçalo quanto no centro da cidade. De espírito empreendedor e atento às oportunidades locais, soube aliar o seu conhecimento profissional adquirido anteriormente à demanda cuiabana e, mesmo com poucos recursos financeiros no início, conseguiu ao longo de três décadas inserir-se na vida econômica e social local. Toda a trajetória de João Dias torna-se ainda mais interessante se for destacado o fato de que se tratava de um retirante nordestino, sem vínculos familiares na região e numa época em que as influências oligárquicas locais eram intensas, tanto na economia quanto na política.

O historiador Rúbens de Mendonça, num periódico de 1973⁶, faz um esboço da trajetória empresarial de João Dias em Cuiabá e também transcreve uma carta elogiosa do Senador Villas-Boas ao empresário. Nesse escrito, Dias é apresentado como um homem dinâmico, inteligente e empreendedor. Esse espírito e essa habilidade podem ser exemplificados no modo como ganhava dinheiro após sua chegada à cidade. Na mudança para a capital trouxe consigo um fonógrafo que funcionava com músicas gravadas em cilindros feitos com cera de carnaúba, cuja audição se fazia por meio de fones ligados ao aparelho. Sem dúvida nenhuma se tratava de uma novidade e que começou a atrair um bom número de curiosos.

Percebendo o potencial e a singularidade do seu aparelho na região, ele passou a utilizá-lo para animar festas na cidade e nas vilas e povoados vizinhos, recebendo duzentos réis por audição. Ainda segundo Rúbens de Mendonça (1973), a economia desse dinheiro mais o empréstimo de cinco contos de réis feito junto a Amarílio de Almeida, da casa comercial Almeida & Companhia, conseguido após muita insistência no assunto, constituiu-se no capital necessário para se adquirir o equipamento que seria a primeira empresa telefônica em Cuiabá (figura 1). Outra iniciativa de João Dias, que

⁵ Apesar de toda a mística envolvendo a chegada de João Dias em Cuiabá, é importante lembrar que a Igreja Presbiteriana do Brasil, ao adotar a Confissão de Fé de Westminster como exposição sistemática das doutrinas bíblicas, submete-se tão somente à Bíblia Sagrada como fonte inspirada e objetiva de autoridade, ficando, portanto, tais experiências como sonhos ou visões no mero campo da subjetividade pessoal.

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. *Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.* (CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, Capítulo I, Artigo 1º. Grifo meu)

⁶ Não foi possível achar os originais no Arquivo Público e nem identificar o nome do periódico. O documento foi pesquisado a partir de fotocópia do material que se encontra com a família Paes de Barros.

demonstra o quanto ele estava totalmente inserido no ambiente de modernização e progresso divulgado no Estado, é a publicação de seu empreendimento no Álbum Gráfico de Mato Grosso (figura 2), material propagandístico da região, tanto em outras localidades do país como fora deste também.

Essa empresa, inaugurada no dia 30 de junho de 1909, contava com 22 aparelhos e uma lista de assinantes (tabela 1). Dos 22, metade é de comerciantes, 1 é o cônsul alemão (identificado na tabela 1) e apenas 3 estão ligados ao Governo. Tal seleção supõe uma ambientação de João Dias maior entre os comerciantes do que no meio político.

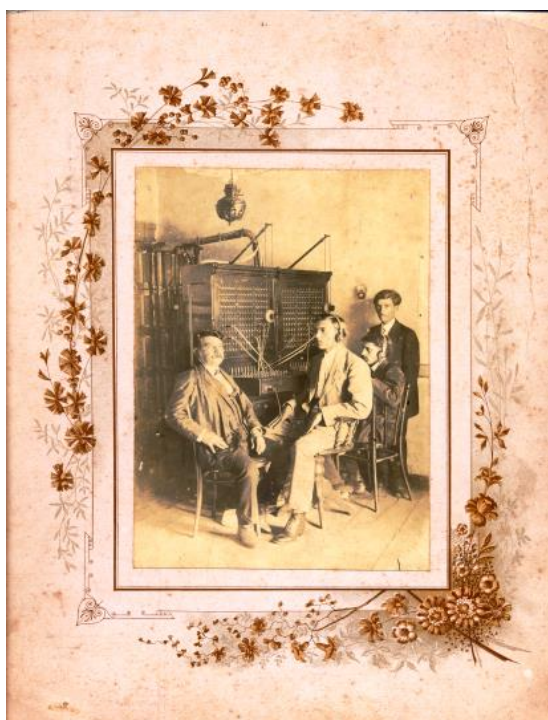


Figura 1.
Central da empresa telefônica de João Dias. Da esquerda para direita aparecem João Dias (pai), Philippe Landes, indivíduo não identificado, João Alberto Dias (filho).
 Aprox. 1922. Fotografia; 17,3 x 12,0 cm.
 Moldura em papel cartão.
 Atribuição ao fotógrafo Clemente Costa.
 Acervo da família Paes de Barros

Figura 2.
Anúncio da empresa telefônica de João Dias no Álbum Gráfico de Mato Grosso. 1914
Seção de Anúncios, p. xvi.

Tabela 1 - relação dos primeiros assinantes de telefones em Cuiabá

1 - Almeida & Companhia (escritório)	13 - Batalhão de Polícia
--------------------------------------	--------------------------

2 - Palácio do Governo	14 - Padaria Progresso
3 - Estação de Bondes	15 - Alexandre Addor
4 - Gabriel de Mattos (armazém)	16 - Franklin Moura (residência)
5 - Hotel Moreira	17 - Henrique Hesslein
6 - Tenuta & Irmãos	18 - Franklin Moura
7 - Pedro Celestino (farmácia)	19 - Tesouro do Estado
8 - Orlando, Irmãos & Companhia	20 - Dr. Vital Filho
8 - Almeida & Companhia (cervejaria)	21 - José Affi (armazém)
9 - Domingos Dorsa & Irmãos	22 - Batalhão de Polícia
10 - Adolfo Brandes (escritório)	
11 - Orlando & Companhia (armazém)	
12 - Câmara Municipal	

Outro empreendimento muito significativo de João Dias foi a criação da primeira empresa de energia elétrica da cidade, inaugurada em 15 de agosto de 1919. Observa-se, porém, que esse era um anseio antigo da população local, inclusive constando em projetos do executivo estadual há alguns anos. Na mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo vice-presidente do Estado em exercício, Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa (1909, p. 16) há a menção da lei 438 de 1905 em que foi concedido a Antonio Vieira de Almeida o privilégio de, por setenta anos, fornecer a luz elétrica, força motriz e água na cidade. Porém, ao se expirar o prazo estipulado no contrato, veio este a caducar.

Já durante o governo de Joaquim Augusto da Costa Marques, fora publicado um edital de concorrência, tanto em Cuiabá quanto no Rio de Janeiro e São Paulo, para a execução dos serviços de abastecimento de água, rede de esgotos e iluminação (MENSAGEM DIRIGIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1912, p. 49).

Porém, foi durante o governo de Dom Aquino que finalmente a iluminação pública foi inaugurada na cidade e isso pelo empreendedorismo de João Dias. Em sua mensagem à Assembleia Legislativa em setembro de 1919, fica evidente a euforia do Presidente, principalmente por que tal inauguração se deu exatamente durante os festejos do bicentenário de Cuiabá. Ao tratar do assunto, o bispo afirma que “a iluminação publica nesta Capital, abandonada ultimamente á completa escuridão, era um dos serviços que mais reclamavam prompta e radical reforma” (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1919, p. 87).

Após fazer um minucioso relato das dificuldades em se implantar o sistema de iluminação pública, pois o Estado já havia firmado contrato com João Dias desde 20 de setembro de 1915, por meio da lei 714, e após expor as dificuldades existentes na região para o cumprimento do referido acordo e as minúcias da concessão que fora prorrogada, Dom Aquino finaliza em tom poético:

De facto, em 15 de Agosto próximo findo, após nova prorrogação, por motivos de força maior, a illuminação electrica, que já funcionára perfeitamente por mais de 15 dias, nas principaes ruas da Capital, foi official e solennemente inaugurada, por entre o mais franco entusiasmo da alma cuiabana, que nella reconhece um dos mais importantes melhoramentos commemorativos do bicentenário da nossa vida política. Praza aos céos que a nova luz signifique uma alvorada bonançosa de progresso e bem estar para esta velha cidade

histórica de Miguel Sutil! (MENSAGEM Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1919, p. 88).

No ano seguinte, dirigindo-se à Assembleia Legislativa, Dom Aquino refere-se à limitação da produção de energia diante da demanda existente, uma vez que essa era feita a partir de uma caldeira que funcionava como uma usina termoelétrica. Em seu relatório, o Presidente do Estado mais uma vez mostra-se simpático ao empreendimento de João Dias, estabelecendo com este o contrato para a montagem de uma usina hidráulica no salto do Rio da Casca. Finaliza o relatório na parte que concerne à iluminação enfatizando que “o Governo tem amparado de maneira a mais benévola, esta Empresa, dada a sua grande importancia e as notórias condições locais, que enormemente a dificultam (MENSAGEM Á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1920, p. 109).

No entanto, a partir dos relatórios de Presidente de Estado dirigidos à Assembleia Legislativa nos anos de 1922, 1923 e 1924, isso durante o governo do Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, o tom em relação ao serviço prestado torna-se cada vez mais queixoso. As reclamações são no sentido de que a empresa de energia elétrica não vem prestando um serviço proporcional à subvenção que essa recebe do Estado, que sua capacidade geradora é insuficiente para se atender a demanda e que essa só se mantinha em funcionamento por total condescendência do Governo anterior.

Após essas insistentes alegações de precariedade no fornecimento de energia, o Governo rescinde o contrato de concessão. A título de indenização, o Estado paga a quantia de 300 contos de réis, sendo 226 em dinheiro e 74 em apólices, ficando assim estatizado o empreendimento de João Dias (MENSAGEM DIRIGIDA Á ASSEMBLÉIA, 1924, p. 64-65).

Como consequência desses fatos, desgostoso com o que foi denominado por ele de perseguições religiosas e políticas, mudou-se o empresário com sua família para Chapada dos Guimarães, à 60 km da capital (MENDONÇA, 1973). Lá veio a construir a primeira casa de alvenaria na localidade, introduziu o cultivo de café na região e foi o primeiro a ali chegar com um caminhão (figura 3).



Figura 3.

Primeiro caminhão a chegar em Chapada dos Guimarães de propriedade de João Dias.

Aprox. 1925. 8,4 x 11,1 cm..

Acervo da família Paes de Barros

Comentando ainda sobre a trajetória de João Dias, o Senador Villas-Boas (apud Mendonça, 1973) refere-se a esse imigrante nordestino como alguém que teve uma “formidável folha de reais serviços prestados a Cuiabá” e que o máximo que veio a receber de um povo a quem tanto beneficiou, foi “ter o seu nome gravado em placa vulgar, nominativa de modesta travessa dessa urbs”. Finaliza ainda o senador:

Não seria essa placa, nem mesmo uma estátua que a Municipalidade lhe fizesse erigir na sua praça mais importante, que o iria galardoar pela grandiosidade do amor que dedicou a essa terra e a sua gente, sem visar vantagens materiais, nem mesmo a recompensa moral da mais comezinha gratidão.

Finalizando essas considerações, lembra Rúbens de Mendonça (1973) que o nome João Dias é quase esquecido e que nesse caso vale a expressão do historiador Estevão de Mendonça: “morre para sempre quem morre em Cuiabá”.

A partir dos relatos acima, algumas observações podem ser feitas. A primeira refere-se à mencionada perseguição religiosa e política. Mesmo levando-se em conta que convicções religiosas estejam subjacentes nas ações das pessoas, influenciando-as em muitos momentos, parece ficar evidente que no caso específico de João Dias, fatores de ordem econômica e política foram preponderantes para o seu desgosto pessoal. Somente ficaria configurada uma perseguição religiosa se esta atingisse outras pessoas da comunidade protestante, o que parece não ter sido o caso, a julgar por todos os documentos até aqui pesquisados. No caso específico, deduz-se muito mais que as concepções econômicas e políticas tiveram preponderância nas decisões da administração pública.

Contudo, em termos políticos e comerciais fica evidente que as áreas nas quais foram realizados os empreendimentos de João Dias eram estratégicas. O controle da comunicação e da energia elétrica nas mãos de uma pessoa, em uma cidade que visava o crescimento, certamente significaria, em um curto espaço de tempo, uma significativa concentração de poder econômico e político. Levando-se em consideração que no caso tratava-se de um imigrante nordestino, protestante, sem vínculos familiares com as oligarquias tradicionais da região, esse acúmulo de poder e prestígio social não seriam nem um pouco convenientes para os mandantes da política e comércio locais.

Outro fator a ser considerado é que, Ruth Dias, filha de João Dias, casa-se em 1925 com João Paes de Barros, filho de Antônio Paes de Barros, proprietário de uma Empresa de Navegação e irmão de Totó Paes de Barros (BARROS, 1999). Certamente esse parentesco da família Dias com a família Paes de Barros, protagonista de grandes conflitos políticos na primeira década do século XX, deve ter provocado alguns posicionamentos políticos.

Analisando os tipos de perseguições religiosas enfrentadas pelo protestantismo em sua fase de inserção no Brasil, afirma Santos que:

Se os protestantes permanecessem como minoria sem importância, não haveria, é certo, maiores dificuldades. Mas com o desenvolvimento do protestantismo, formaram-se logo núcleos, numérica e socialmente importantes, que atraíram líderes liberais de primeira linha, [...] e que haveriam de defendê-lo com todas as suas forças e em qualquer campo. Dessa forma o protestantismo se tornava também uma força política que não tinha diante de si o destino de sua

paróquia, mas toda a gama de “chefes políticos” da cidade até mesmo os governadores (2006, p. 114).

Logo, a “perseguição religiosa” provavelmente referia-se muito mais a uma disputa pelo poder. Enfim, o espaço ocupado por João Dias no cenário econômico de Cuiabá e a notoriedade social adquirida, a despeito das divergências políticas e concorrências comerciais, provavelmente deu visibilidade ao pequeno grupo protestante. Aliás, se houve realmente essa reação por parte de um grupo político, religioso e econômico dentro da cidade em relação à pessoa de Dias, provavelmente é porque a sua presença, em alguma medida, incomodou alguns membros dessa elite cuiabana na época.

Quanto à importância do empresário para o protestantismo local, essa se dá também pelo fato de que ele em diversas ocasiões, entre as idas e vindas dos missionários, esteve à frente do pequeno grupo de evangélicos na condução de seus cultos semanais. Ainda que esse trabalho não tenha sido suficiente para fazer convertidos, serviu como base para as atividades que futuramente seriam desenvolvidas pelos missionários presbiterianos. Tal a importância dessa persistência à frente desse diminuto grupo, que Landes (1958, p. 2) escreve a respeito de João Dias, afirmando que ele “contribuiu generosamente com o seu tempo e dinheiro para a realização da obra. Planejava, financiava e executava tudo que era necessário. A ele a Igreja deve imorredoura gratidão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo descrito até aqui podemos fazer algumas considerações. Primeiro que, como em todas as sociedades, a cuiabana possuía suas necessidades que necessitavam serem sanadas para propiciar qualidade de vida. A questão situava-se em como resolver as dificuldades apresentadas. Problemas de gestão, comportamento e disputas políticas pelas oligarquias locais emperravam as possíveis soluções. Logo, se pode concluir que o espírito empreendedor precisa de um ambiente para florescer.

Em segundo lugar, observamos como a formação protestante, ainda que não determinante, influencia para um espírito mais liberal e livre. João Dias mostra-se desprendido, e sua justificativa ampara-se em sua experiência religiosa, que de certa forma teve consequências em outras áreas de sua vida pessoal, como a econômica, por exemplo.

Por fim, cabe destacar, que a livre iniciativa e o empreendedorismo contraria interesses daqueles que estão acostumados ao *status quo*, escorados no poder político e dependentes de uma burocracia estatal. O exemplo é visto na decisão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de estatizar o fornecimento de energia elétrica, o que foi lido por alguns muito mais como uma medida política para atender interesses pessoais do que da população em geral. Conclui-se portanto, que a formação de uma sociedade empreendedora é fruto de um projeto político e econômico amplo que altera as mais profundas bases da constituição de nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem Azevedo. **Protestantismo e repressão**. Ática: São Paulo, 1982

BARROS, Antônio Paes de. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléia Legislativa em sua 3ª reunião ordinária, 6ª legislatura em 04 de março de 1905.** Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u457/000085.html>> Acesso em 05.07.2009.

BORGES, Fernando T. M. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930).** São Paulo: Scorteca, 2001.

BURNS, E. Bradford. “As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República”, in: **História geral da civilização brasileira**, 4ª Edição. (Dir. Boris Fausto) Tomo III, 2º volume. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990, p. 375-400.

CABRAL, José de Brito. **Bandeirantes da fé em Mato Grosso.** Cuiabá, material não publicado, 2000. Acervo da Igreja Presbiteriana de Cuiabá.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____, José Murilo. **A formação das almas.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; **Imagens de uma Epidemia: saber médico, urbanização e varíola na província de Mato Grosso.** Cuiabá: Else D. C. Araújo, 2002.

CENTENÁRIO DO JORNALISTA JOÃO PAES DE BARROS. Escrito por seus filhos. Cuiabá, maio de 1999. Acervo pessoal da Família Paes de Barros.

CORRÊA, Francisco Aquino. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso dirigida á Assembléia legislativa ao installar-se em 07 de setembro de 1919.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u472/000081.html>> Acesso em 05.07.2009.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso dirigida á Assembléia Legislativa ao installar-se a sua 3ª reunião ordinária da 11ª legislatura, em 07 de setembro de 1920.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u473/000002.html>> Acesso em 05.07.2009.

COSTA, Antônio Corrêa da. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso apresentada á Assembléia Legislativa em 1º de fevereiro de 1896 .** Cuybá, Typografia do Estado, 1896. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u449/000022htm>>. Acesso em 05.07.2009.

COSTA, Hermisten M. P. “Protestantismo no Brasil: aspectos jurídicos, culturais e sociais de sua implantação”. **Revista Ciências da Religião: História e Sociedade.** São

Paulo, vol. 3, no. 3, Mackenzie: 2005. Disponível em: <<http://200.19.92.28/cienciareligiao/home.asp?revista=>>. Acesso em: 19.01.2008.

COSTA, João Cruz. “As novas idéias”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização Brasileira**, 4ª ed. Tomo II, 3º vol. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976a, p. 179-190.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato-Grosso dirigida a Assembléia Legislativa ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 13 de maio de 1922**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u475/000071.html.>> Acesso em 05.07.2009.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato-Grosso dirigida a Assembléia Legislativa em 21 de maio de 1923**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u476/000094.html.>> Acesso em 06.07.2009.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Mato-Grosso dirigida a Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1924**. Cuiabá, typographia Official, 1924. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u477/000065.html.>> Acesso em 06.07.2009.

DIAS, João Alberto. **Esboço histórico da 1ª Igreja Presbiteriana de Cuiabá** (não publicado), Cuiabá, 1958. Acervo do Instituto Bíblico Augusto Araújo – IBAA

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História), 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LANDES, Philippe. “Resposta a um artigo de ‘A Cruz’: em que differem catholicos e protestante”. In: **O Mato-Grosso**. Cuiabá, número 1320, 05/12/1915.

_____. **Resumo histórico do trabalho presbiteriano em Mato Grosso**. Cuiabá, 1958. (Compilado pelo Presbitério de Cuiabá em 2003 em razão da comemoração dos 90 anos do presbiterianismo no Estado). Acervo do Presbitério de Cuiabá.

MACIEL, Laura Antunes. **A capital de Mato Grosso**. 1992, 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 1992.

MATOS, Alderi Souza de. **Erasmus Braga, o protestantismo e a sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

MENDONÇA, Rubens. **João Dias**. Cuiabá, 25 de março de 1973. Recorte de jornal, acervo particular da Família Paes de Barros.

MURTINHO, Manoel. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária aberta em 13 de maio de 1893.** Cuyabá, Typographia do Estado, 1893. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u446/000022.html>> Acesso em 05.07.2009.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em sua 1ª sessão ordinária da 2ª. Legislaturta em 13 de maio de 1894.** Cuyabá, Typographia do Estado, 1894. Cuyabá, Typographia da Gazetta Official, 1894. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u447/000012.html>> Acesso em 05.07.2009.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa em sua 2ª sessão ordinária da 2ª. Legislaturta aberta em 13 de maio de 1895.** Cuyabá, Typographia do Estado, 1895. Cuyabá, Typographia da Gazetta Official, 1895. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u448/000018.html>> Acesso em 05.07.2009.

PENNA, Herculano Ferreira. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso em 03 de maio de 1863.** Cuyabá: Typ. do Matto-Grosso, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/416/000073.html>> Acesso em: 05.07.2009.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira.** São Luís: EDUFMA; São Paulo: ABHR, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889).** Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: Editora UNB, 1980.

VOLPATO. Luiza Rios Ricci Volpato. **Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888.** São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá: Editora UFMT, 1993.